

Terça-Feira, 22 de Setembro de 2026

## **STF e PF expressam preocupação com potencial suspeição de Gonet no caso Banco Master**

**Investigadores temem que questionamento da atuação do PGR possa resultar em anulação de provas e beneficiar investigados**

Órgãos do STF (Supremo Tribunal Federal) e da PF (Polícia Federal) monitoram com atenção a questão envolvendo a conduta do procurador-geral da República, Paulo Gonet, durante as apurações relacionadas ao Banco Master.

Dentro da Suprema Corte e da corporação de investigadores, há consenso sobre um risco significativo: uma decisão que conteste a imparcialidade do chefe do Ministério Público poderia abrir caminho para solicitações de cancelamento de evidências coletadas.

Conforme avaliação de magistrados e investigadores, esse cenário representa uma ameaça concreta ao prosseguimento das apurações e pode favorecer o ex-banqueiro Daniel Vercaro, cujos advogados apresentaram recentemente um pedido para a cessação de sua detenção.

Durante a semana, o Conselho Superior do Ministério Público Federal examinará a correspondência contendo referências ao procurador-geral que supostamente partiu do ex-banqueiro. O impacto reputacional de uma fotografia de Gonet e Vercaro em Londres, datada de 2024, intensificou as críticas direcionadas ao procurador-geral.

Inicialmente, estimava-se que o relatório da instituição federalizada sobre o Banco Master seria concluído no mês de setembro. Contudo, turbulências administrativas na Suprema Corte e adiamentos sucessivos de depoimentos provocaram atrasos consideráveis, deixando a investigação em situação de paralisação.

O ministro André Mendonça, responsável pelo acompanhamento das investigações sobre o Master na Suprema Corte, também compartilha dessa apreensão quanto a um desfecho prejudicial a Gonet que comprometa o progresso das apurações policiais.

A determinação de Mendonça para o impedimento do comandante da corporação de investigadores, Andrei Rodrigues, que posteriormente foi revogada pelo presidente da Suprema Corte, Edson Fachin, despertou receios adicionais sobre futuras demandas de invalidação processual.

No entanto, a perspectiva predominante sugere que o Conselho Superior do Ministério Público Federal reconhecerá a isenção de Gonet, permitindo sua permanência no comando das investigações sobre o escândalo de corrupção, eliminando assim o risco de questionamentos que pudessem favorecer os envolvidos no caso.